

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ANA REGINA DA SILVA NERI

**O ENSINO DA ARTE NO ENSINO MÉDIO DO DISTRITO FEDERAL:
UM ESTUDO DE CASO**

BRASÍLIA

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ANA REGINA DA SILVA NERI

**O ENSINO DA HISTÓRIA DA ARTE NO ENSINO MÉDIO DO DISTRITO
FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção da graduação em
Artes Cênicas do Instituto de Artes da
Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^ª.
Dr^ª Clarice Costa.

BRASÍLIA

2014

ANA REGINA DA SILVA NERI

**O ENSINO DA HISTÓRIA DA ARTE NO ENSINO MÉDIO DO DISTRITO
FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção da graduação em
Artes Cênicas do Instituto de Artes da
Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^ª.
Dr^ª Clarice Costa.

Aprovado em ___/___/2014.

Professora Clarice Costa

Professor José Mauro Barbosa

Professora Soraia Maria Silva

BRASÍLIA

2014

Dedico esse trabalho à minha família e ao
meu irmão querido, Antônio José de Brito
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grande Espírito que possibilitou a tranquilidade nos momentos mais difíceis durante a caminhada na graduação.

Gratidão à minha família que se manteve unida e que me deu forças nas situações mais inesperadas. Gratidão ao meu pai e mãe por se dedicarem a mim e investirem em meus estudos do jeito que podiam, mas com muita firmeza, dedicação, carinho e amor.

Gratidão à minha irmã Alessandra que me ofereceu as palavras certas nos momentos que nenhuma outra palavra se adequaria.

Gratidão aos meus amigos e amigas que contribuíram para que eu mantivesse a serenidade para que eu não desistisse especialmente à Kauara e Mirna.

Gratidão aos meus amigos que estiveram comigo durante a graduação pela alegria, pelo carinho, pela amizade sincera, em especial ao Emerson, à Cláudia.

Gratidão aos professores e professoras que foram generosos nos momentos que tive mais dúvidas, mais crises e mais alegrias como os professores Guto Viscardi, José Mauro Barbosa, Jesus Vivas, Sonia Paiva, Soraia Maria Silva e em especial à minha orientadora professora Clarice Costa que sempre me manteve firme.

Gratidão ao companheiro e amado Hugo que me ajudou em todo o processo da monografia, sendo meu porto seguro.

Gratidão. Gratidão. Gratidão.

*“Há escolas que são gaiolas e há
escolas que são asas.”*

(Rubem Alves)

RESUMO

Este trabalho traz uma discussão sobre o ensino de Artes na etapa final da Educação Básica, o Ensino Médio. Assim, tem como objetivo discriminar, por meio da vivência pessoal como professora de História da Arte em uma escola particular do Distrito Federal, a realidade em sala de aula e a utopia da docência, tendo como base as leis que organizam e norteiam o sistema educacional brasileiro e análise da proposta político pedagógica com a realidade praticada na escola. A proposta dessa reflexão verificou, inclusive, se o Ensino Médio em sua atual conjuntura se enquadra como Educação Básica dentro dos pressupostos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases.

Palavras-chaves: Ensino médio – arte – LDB – Proposta político-pedagógica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
BREVE HISTÓRICO	9
VIVÊNCIA	10
A PROPOSTA PEDAGÓGICA	16
COMENTÁRIOS FINAIS	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

INTRODUÇÃO

A partir de um sucinto relato histórico sobre a educação brasileira, a análise da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 e da proposta pedagógica de um Centro de Ensino Médio, o presente trabalho realizará uma breve reflexão sobre a configuração do Ensino Médio no Brasil, a partir da minha vivência pessoal como professora em uma escola de Ensino Médio e Fundamental localizada em Samambaia, região administrativa do Distrito Federal durante o ano de 2013.

Atualmente, durante o Ensino Médio o estudante (que tem a oportunidade de se preparar para o ingresso para o nível superior) preocupa-se excessivamente com o seu ingresso no Ensino Superior, trazendo à tona uma competição entre estudantes e escolas. Acentua-se, além dos conflitos próprios da idade do adolescente, o estresse perante a necessidade da escolha de uma carreira profissional, a rivalidade entre os estudantes, a pressão escolar por meio de atividades com vários tipos de certames, a tensão familiar para que haja um bom desempenho, estudos excessivos de forma mecanizada, preocupações e um processo muitas vezes doloroso. A escola acaba por aumentar esse nível de preocupação e faz propaganda dos índices positivos de aprovação para se conseguir mais clientes.

No caso do Distrito Federal, a Universidade de Brasília oferece, ainda, um programa de acesso à universidade, de forma progressiva e gradual chamado PAS, Programa de Avaliação Seriada. Portanto, percebe-se que esse estresse pré-vestibular torna-se mais intenso durante todo o Ensino Médio.

Questões Norteadoras:

- Qual o objetivo do Ensino Médio?
- A escola é um lugar para socialização?
- Onde a Arte está inserida?
- Para que serve o estudo da Arte no Ensino Médio?
- O Ensino Médio faz parte da Educação Básica composta ainda da Educação Infantil e do Ensino Fundamental conforme inciso o I do artigo 21 da LDB?

Objetivo

O objetivo principal desse trabalho é confrontar dados históricos e a lei supracitada e a proposta político-pedagógica dessa instituição com a

realidade vivenciada em sala de aula no cotidiano como professora de Arte.

BREVE HISTÓRICO

A história da educação brasileira inicia-se no período colonial com os jesuítas, trazendo a rigidez de preceitos religiosos e um conhecimento altamente católico com intuito de catequizar e de caráter repetitivo. Em 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo rei de Portugal, a educação brasileira esteve numa fase decadente, pois, durante o período, somente eram atendidos os interesses da coroa e, além do mais, os portugueses não queriam investir em educação na colônia.

Cabe salientar que a educação no Brasil tinha caráter puramente elitista e era destinado aos homens da classe mais abastada com objetivo de ingressar no ensino superior na Europa. Somente no século 19, deu-se início ao ensino superior no Brasil e a responsabilidade do ensino se dividiu, sendo a educação primária e secundária para as províncias, antigos estados, e a superior para a corte.

Somente em 1930 foi instituído o Ministério da Educação, órgão este que foi destinado administrar e organizar a educação no Brasil. Em seguida, em 1831, a Lei Orgânica do Ensino Secundário foi instituída vigorando até 1971 e sendo substituída pela Lei 5692 que muda a estrutura de ensino, tornando o chamado ensino secundário em segundo grau com três anos de duração e unificando o ensino primário e ginásial, tornando-o primeiro grau.

E, somente com a Constituição Federal de 1988 é que a educação brasileira foi repensada e consolidada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei que ampliou o acesso ao Ensino Médio, mas que não tem, ainda, tanto recurso financeiro para acompanhar essa ampliação.

Percebe-se, ao longo do tempo, que o Ensino Médio, na verdade, desde o seu surgimento, teve sempre dois objetivos: o primeiro, destinado à preparação do vestibular para o ingresso no Ensino Superior; o segundo, como término dos estudos, com objetivo de inserção no mercado de trabalho. Sendo o primeiro objetivo, mais claramente aplicado nas escolas privadas e o segundo nas escolas oficiais de ensino, ou seja, o Ensino Médio passa a ser um “meio” para a obtenção de algo, não tem finalidade e não existe a preocupação da verdadeira formação básica do aluno.

E, pensando nisso, como fica a Arte?

Faz-se necessário refletir sobre o ensino de Artes no Ensino Médio e como o professor deve atender essas outras demandas. Por meio da experiência pessoal, é necessário refletir o próprio papel do professor, a LDB, o cotidiano em sala de aula e, principalmente, refletir o sistema de ensino formal e seu papel com o conhecimento e o saber e ainda a necessidade do estudante acerca de seu desenvolvimento cultural.

VIVÊNCIA

A experiência como professora de Arte no Ensino Médio foi em 2013 numa escola localizado em Samambaia Sul. Samambaia é uma cidade satélite que teve início no final dos anos 80 em que quase quatro mil famílias de baixa-renda foram assentadas. Atualmente, a maioria das famílias possui “concessão de uso” da terra que receberam para morar. A população está em torno de 150 mil moradores conforme dados do sítio da Secretaria de Habitação do Distrito Federal.

Samambaia possui um comércio intenso, linha de metrô que liga a cidade ao centro de Brasília, hospitais, diversas escolas oficiais de Ensino Fundamental e Médio. Não possui instituições de ensino superior. A maioria dos alunos matriculados na escola são filhos e filhas de pequenos comerciantes da cidade, sacerdotes evangélicos e servidores públicos que trabalham em Brasília. É considerada uma escola de alto padrão na cidade com mensalidade em torno dos quatrocentos reais mensais.

A escola é grande e atende clientela a partir da Educação Infantil. Possui salas retangulares, todas com janelas, mas algumas sem boa ventilação. De um modo geral, carteiras e lousas estão em bom estado de conservação. Todas as salas de aula possuem câmeras. Há, também, câmeras espalhadas pelos corredores e pátios da escola.

Há uma pequena quadra poliesportiva, onde são ministradas as aulas de Educação Física para todos os segmentos. Dois pátios grandes, sendo que, em um deles, os alunos são obrigados a passar o intervalo de 20 minutos. Não há nenhuma atividade orientada, música, filme ou acesso à biblioteca durante esse período.

Há uma biblioteca que fica constantemente trancada e seu acesso somente pode ser realizado por meio de agendamento prévio com a coordenação. A maioria dos livros é didática. Não há muitos livros de Artes e os de literatura, em sua maioria,

são os mesmos indicados anualmente como paradidáticos para as aulas de Língua Portuguesa.

A escola tem como lema “uma escola feita de família para a família”. Isso demonstra claramente a forma que a escola é constituída e organizada: toda a área administrativa e pedagógica é ocupada por mãe, pai e filhas. A Direção é dividida em Administrativa, Pedagógica e Financeira e os cargos de direção são ocupados por mãe e duas filhas. A instituição foi fundada há 24 anos.

Para cada segmento da Educação Básica, há o papel do Coordenador que oscila como orientador pedagógico e educacional. Não há psicólogos e há a figura do Professor Disciplinador. O Professor Disciplinador é uma espécie de inspetor que cuida do comportamento e postura dos estudantes. Muitas vezes, interrompe a aula e o professor para mandar um estudante sentar direito, por exemplo. Ele também é responsável por repassar aos pais e responsáveis as anotações feitas, geralmente, pelos professores na Ficha Individual do Aluno. Os estudantes chamam essa ficha de “Caderno de Ocorrências” onde é escrito e detalhado o comportamento de cada aluno, sua não participação em aula ou em alguma atividade, o esquecimento de algum material, livro, tarefa de casa e demais atividades. É perceptível que há, entre os alunos, uma competição sobre quem tem ou não mais anotações na Ficha, provocando certa concorrência entre eles. A pedagogia da escola, conforme se entende em seu Projeto Político Pedagógico, fundamentar-se-ia nos princípios do construtivismo sócio interacionista.

A escola trabalha, anualmente, com uma temática escolhida pela direção que deveria permear todo o trabalho pedagógico. Em 2013, a temática é “Família: desafios e perspectivas da família na pós-modernidade”. No primeiro bimestre, as disciplinas de Arte e História ficaram responsáveis por desenvolver o subtema: “A origem das famílias”. Nos demais bimestres, os subtemas foram desenvolvidos por outras disciplinas e as aulas de Arte serviriam para auxiliar na confecção das demais decorações das aulas, ou seja, permitir que os estudantes utilizassem as aulas de Arte e História da Arte para confeccionar a decoração que ficaria nas salas de aula para apresentação dos trabalhos de Língua Estrangeira e Ciências Exatas, respectivamente nos 2º e 3º bimestres, visto que haveria da Feira Bilingue e a Mostra Científica para apresentação aos pais dos trabalhos realizados pelos

educandos. Cabe salientar que não há proposta de apresentação dos resultados finais do projeto quando este está ligado às disciplinas de História e Arte.

Sobre a Feira Bilíngue, foi observado que os estudantes escreviam em Português o texto de pouco mais de três linhas e os professores traduziam. Depois de receber as traduções, os educandos deveriam decorar o texto e passar por, pelo menos, duas sabatinas: o coordenador chegava de surpresa em sala e pedia para cada estudante falar seu texto decorado. Repito: decorado. Muitos estudantes não se dedicavam a outra coisa, se não a decorar o texto, com receio de não saber dizê-lo e a turma perder a oportunidade de apresentar seu trabalho na Feira Bilíngue. Percebe-se, ainda, que não há apreensão do que está sendo dito. Muitas vezes, não há nem o entendimento, pois a preocupação do aluno é decorar a forma de falar e o objetivo da escola é mostrar a seus clientes, pais, que o aluno “fala” uma língua estrangeira.

Ao analisar o Planejamento Anual de História da Arte do Ensino Médio, percebe-se que há três tipos de avaliações ordinárias, a saber: uma discursiva, outra objetiva e uma avaliação simulada que é objetiva também. Entende-se aqui como discursiva aquela que o estudante deve escrever pequenos textos para responder a pergunta feita pelo professor e objetiva aquela que o professor propõe itens para serem julgados como “certos” ou “errados”. A avaliação Simulada nada mais é do que uma experimentação do que será a prova do vestibular. Há ainda, o Projeto Oficinas, que, na prática, são seminários em que os alunos devem apresentar temas relacionados ao conteúdo ministrado pelo professor.

Já no primeiro bimestre, ao agendar as datas dos seminários e os temas de cada grupo para atividade, os estudantes questionavam sobre o que deveriam decorar ou se poderiam apenas ler o que eles escreveram ou ter em mãos algum papel escrito para, se esquecessem de algum dado, durante a apresentação, pudessem recorrer ao que estava escrito no papel, caso fosse necessário.

Conforme o Planejamento Anual, semanalmente, deve ser aplicado uma Lista de Exercício Semanal com conteúdo voltado única e exclusivamente para o Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília. Cabe salientar que, na maioria das vezes, o conteúdo do Planejamento Anual de Artes Visuais diverge do conteúdo do PAS. Esta lista deve ser corrigida na semana seguinte a que foi indicada.

É importante perceber que o conteúdo a ser ministrado está relacionado às artes visuais e não às artes cênicas, que é a formação da professora para a escola, tudo é “artes”.

A avaliação tem função exclusivamente classificatória na escola e não um objetivo de melhorar a aprendizagem do estudante ou mesmo da escola ou do professor. Não busca auxiliar na orientação do estudante e sim em dizer quem vai passar ou não para a próxima série de forma a orientar a aprovação ou reprovação do mesmo em escala numérica.

É inclusive, comum ouvir dentro da sala dos professores, alguns colegas de trabalho dizerem que “alunos com notas baixas se dão melhor em Arte ou Educação Física”.

Como, então, em aulas semanais de cinquenta minutos, totalizando oito aulas por bimestre, pode o professor ser mediador e promover habilidades e competências artísticas e culturais em seus alunos, tendo que aplicar provas e outros processos avaliativos ordinários e obrigatórios, além do conteúdo (ou conhecimento?) pré-determinado no Planejamento Anual e no Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília?

Compreende-se que, por conta das inúmeras e constantes transformações no país, em vários aspectos, sejam políticos ou mesmo culturais, seja a evolução de técnicas e tecnologias, é importante que ocorram mudanças na própria maneira de se pensar e fazer a educação. Não foi à toa que urgiu a necessidade da mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Sabe-se que a Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

O próprio Ensino Médio teve que mudar, pois seria inviável a continuação de um ensino tradicional que fomenta a memorização. O Ensino Médio é a etapa da educação básica e a LDB em seu artigo 35, expõe algumas de suas finalidades, a saber:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

De todas essas finalidades, o que é mais forte atualmente é a questão que se refere ao prosseguimento dos estudos e a preparação básica para o trabalho. Há um aprofundamento do que foi ensinado durante o ensino fundamental. São ofertadas, ainda, de uma forma geral, disciplinas como Filosofia e Sociologia e aumentada a carga de disciplinas ligadas às Ciências Exatas.

O Ensino Médio, ainda tem como finalidade básica não a preparação para o ensino superior e sim a preparação para o vestibular. De uma forma geral, essa preparação para o vestibular é mais mercadológica e não tem a finalidade de fazer com que o educando se prepare para o ensino superior, refletindo sobre a vivência humana e cultural da sociedade. Tendo como base o artigo 43 da LDB, a educação superior tem como finalidade “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”.

Desse modo, a função do Ensino Médio teve que ser revista, pois tornou-se necessário a formação geral, em detrimento a formação específica. Uma vez que, para a inserção no processo produtivo e para o alcance do desenvolvimento intelectual, na atualidade, é fundamental o conhecimento e utilização dos recursos tecnológicos, além da consciência crítica, a capacidade de criar, a curiosidade, o hábito da pesquisa, dentre outros. Tornando-se assim, inviável a manutenção do ensino tradicional, que prioriza a memorização.

Ainda são necessárias muitas ações e mudanças para se chegar ao que a lei prevê como ideal de educação, principalmente, o que está ligado ao Ensino Médio, pois este passa a ser um mediador, não possuindo, na prática, uma finalidade específica, permeando somente o mercado de trabalho ou o ingresso ao ensino superior.

No caso do acesso ao mercado de trabalho, o Ensino Médio acaba por atender a necessidade do mercado, visando o conhecimento de novas técnicas e tecnologias que atendam a demanda. E, para atendê-la, há uma progressiva universalização e obrigatoriedade do ensino médio. É necessária uma adaptação do conteúdo ensinado em sala de aula para essa realidade, infelizmente, tornando esse

ambiente ainda mais competitivo, seja pela a peneira dos exames vestibulares, seja pela a inserção no mercado de trabalho.

E, mesmo havendo uma relação mais estreita entre o ser humano e o conhecimento e uma exigência no que se indica no mercado de trabalho, não cabe um procedimento tradicional de ensino com aprendizado pela memorização e sim o fomento de uma educação continuada com objetivo de uma reflexão, por parte do aluno, mais crítica, autônoma e total e não fragmentada.

Sobre os currículos do ensino fundamental e médio, o artigo 26 da LDB, em seu segundo parágrafo, afirma que “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Se este é o papel curricular da Educação Básica como um todo no que se refere ao ensino de Artes, por qual motivo no Ensino Médio essa finalidade, na prática e no dia a dia em sala de aula, passa a ser outra? Mais uma vez, o fomento da educação básica como uma etapa de educação em prol da formação do educando, bem como de exercer seu papel social e consciência cultural e sim, outra vez, atender as condições e lógicas alienantes e mercadológicas. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, o conteúdo é determinado por uma base nacional e por uma parte diversificada determinada pela própria instituição de ensino. Essa base diversificada do currículo escolar deveria atender as próprias diversidades regionais. Na base nacional comum, faz parte a obrigatoriedade do ensino de Arte.

É importante verificar as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, analisando seu princípio norteador que orienta a prática educativa (pagina 15):

“A Educação Básica constitui um direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania de forma a ser promovida não como uma justaposição de etapas fragmentadas, mas em perspectiva de continuidade articulada entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial.”

Ao contemplarmos a prática educativa em seu cotidiano, há a necessidade de tornar a educação plena em todos seus segmentos, de forma continuada e

progressiva e que o estudante deve ter oportunidade e competência, não somente teórica, mas necessariamente política e social, reflexiva e crítica. E, que, o papel do professor é oferecer ferramentas, desafios e estímulos para que o estudante se encontre e se entenda como cidadão, mediando e democratizando o conhecimento.

Como atender uma lei tão avançada dentro da prática pedagógica tradicional, tecnicista, mercadológica, fragmentada e limitada?

Faz-se necessária a análise do entendimento do papel da escola, que está norteada por sua proposta pedagógica.

A PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA

Sabe-se que uma proposta pedagógica é a parte essencial da organização do trabalho da escola, dando condições para professores, estudantes, pais e a parte administrativa da escola, aumento da qualidade para atender a própria filosofia da instituição. Além disso, traz a identidade da escola norteando o trabalho de todos, conforme Neves, no capítulo 2 do livro *A Educação Brasileira Pós-LDB* organizado por Silva (1999)

o projeto pedagógico é um instrumento de trabalho que ilumina princípios filosóficos, define políticas, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, racionaliza e organiza ações, dá voz aos atores educacionais

A LDB em seu artigo 14 também versa sobre a utilidade da proposta político-pedagógica e garante, de uma forma geral, que a participação dos docentes na elaboração da mesma, bem como executar o plano de trabalho proposto.

Assim, consta no sítio da escola sua proposta político-pedagógica que diz:

“O (xxxx) fundamenta a sua pedagogia nos princípios do construtivismo sócio-interacionista, por acreditar que a construção do conhecimentos se dá através da interação entre o sujeito cognoscente e o objeto de conhecimento. O trabalho do professor consiste em averiguar o que o aluno já sabe e como raciocina, com finalidade de formular a pergunta precisa, no momento exato, de modo que o aluno possa construir seu próprio conhecimento. O compromisso fundamental do professor é com a formação do cidadão, que passa necessariamente pela apropriação de conhecimentos científico e tecnológico. O papel político e fundamental do professor é democratizar o saber humano, possibilitando o acesso ao saber e favorecendo a apropriação de conhecimento. O que quer que o professor faça nas atividades de ensino-aprendizagem do ambiente, atividades

pedagógicas, intervenções mediadoras, questionamentos e conversações dialógicas devem visar a interação do aluno com o objeto de aprendizagem e vice-versa.”

Segundo Matui (1995), o construtivismo é definido como interacionista, em suma seria a ideia de que o conhecimento não é algo dado e acabado. Ele se constrói a partir da interação do indivíduo com o objeto.

Fosnot (1996) pontua que o construtivismo é uma abordagem psicológica da aprendizagem que não constitui em si uma fórmula pedagógica, mas possibilita o norteamento de práticas educacionais mais eficazes.

A partir dessa base de pensamento, algumas escolas como a Escola da Ponte em Portugal, a Escola Vivendo e Aprendendo em Brasília, o Projeto Âncora e a Escola Municipal Desembargador Amorim Lima, em São Paulo desenvolveram projetos pedagógicos que levam em conta esse processo multi-determinado, interativo e dinâmico de aquisição do conhecimento.

Acredita-se que isso facilita, inclusive, a formação intelectual e cultural do indivíduo, que é a proposta engendrada pela LDB. A escola, em Samambaia – DF se propõe, conforme mostrado em sua proposta pedagógica, a seguir o exemplo desse grupo pioneiro de instituições.

Conforme alguns relatos feitos anteriormente consegue-se perceber uma distância entre o discurso referido na proposta pedagógica da escola e a prática vivenciada no ensino dentro da mesma.

O funcionamento desta escola se caracteriza pelo empirismo e o tecnicismo e o discurso apresentado se constituem meramente mercadológico, com intenção de estar dentro desta nova tendência de ensino. Para ilustrar essa observação, faz-se necessário comparar os relatos com a proposta do construtivismo.

O construtivismo sócio interacionista, modelo pedagógico alternativo que busca alcançar tanto o desenvolvimento intelectual como social, propõe uma validação da relevância do conhecimento já adquirido do sujeito cognoscente mediante suas experiências no mundo. Indica que o conhecimento é fixado a partir de vivências que integrem o mundo do sujeito e que por isso geram significado, fixando assim o conhecimento.

Outro ponto diferencial desse tipo de abordagem pedagógica é o respeito ao ritmo de cada um e a consideração de que a vontade para aprender o mundo e as coisas do mundo é inerente ao sujeito, por isso, se pode confiar na curiosidade

como mola para impulsionar o aprendizado. Sendo assim, cabe ao professor gerar e mediar essa curiosidade, instigando o aluno com perguntas e, mais ainda, gerar o espanto, que é o que movimenta a busca do conhecimento.

A escola traz uma proposta pedagógica que remete a todos esses princípios, mas, infelizmente, a prática está longe de viabilizar a realização dos preceitos preconizados no documento.

A escola tradicional visa o conteúdo em detrimento do desenvolvimento de habilidades sociais e também do aprendizado verdadeiro e duradouro. Assim sendo, o construtivismo se constitui de fato uma versão mais próxima do sucesso quando se trata de aquisição do conhecimento de forma duradoura.

O relato de alguns procedimentos adotados pela escola, vividos a partir da experiência docente como professora de arte nesta instituição não deixará dúvidas do quão incompatível é sua proposta e sua prática. Vale salientar que além da questão de má fé, essa atitude de se promover indevidamente pode prejudicar a imagem do que é de fato uma escola construtivista, dificultando assim o crescimento desse esquema educacional. Seguem alguns métodos e exemplos adotados pela escola:

As avaliações são uma peça norteadora da prática escolar, sendo que, na escola, ela é realizada de forma tradicional, sendo controladora do aluno e um instrumento de poder de professores, coordenação e pais. Os alunos são avaliados por provas escritas, padronizadas, com um número de questões e forma imposta sendo divididas em avaliação discursiva, objetiva e simulada. Os alunos são avaliados por meio dessas avaliações, sendo atribuído um valor numérico que constará no seu boletim de desempenho. Considerando que bimestralmente há somente oito aulas de cinquenta minutos de História da Arte e sendo que pelo menos três delas são utilizadas para aplicação de Avaliações (leia-se provas), restam cinco aulas em que o professor poderá fazer um planejamento e desenvolver uma atividade que cause interesse ao aluno. A avaliação é elaborada exclusivamente com os conteúdos dados em sala de aula e é visível alguns professores elaborando avaliações com intuito de “testar” determinada turma, visto que ela é indisciplinada e “merece” fazer uma prova difícil. Infelizmente, os erros e dificuldades dos alunos nessas provas somente servirão para atribuir notas, pois não há um interesse real com a melhoria do ensino ou mesmo na melhoria da prática

educativa do professor. As notas dessas avaliações valem mais do que qualquer outra nota. Notas de trabalhos práticos, seminários valem muito menos e somente servem para auxiliar a nota final do aluno em seu boletim. Há, ainda, notas de comportamento que são acrescentadas como pontos positivos ou pontos negativos.

Nesse aspecto, é comum a escola solicitar aos professores que indiquem os “alunos destaque”. Esse procedimento suscita um sentimento de competitividade, podendo ser ainda, gerador de hierarquizações, que em um momento seguinte é capaz de alimentar jogos de poder e humilhação entre os alunos, intensificando o problema existente e recorrente na escola: o *bullying*. Isso sem dúvidas vai contra os métodos construtivistas, que tendem a buscar formas de desenvolver sentimentos de unidade, solidariedade e companheirismo. A recusa em indicar, somente demonstra a própria indisciplina do professor. Os alunos são indicados de acordo com as notas numéricas adquiridas nas avaliações supracitadas, ou seja, de acordo com a classificação do aluno e não com base em suas habilidades intelectuais, sociais e pessoais como uma totalidade.

Existe, ainda, a Ficha Individual do Aluno, mais conhecida, entre os alunos como o “Caderno de Ocorrências”. Cada aluno tem uma ficha com nome e série e lá é registrado o comportamento considerado inadequado do aluno em sala de aula ou mesmo fora dela, tais como: não fez a tarefa de casa, não copia a atividade que o professor escreveu na lousa, conversa excessiva com colegas, sentar-se fora do mapeamento, recusa em realizar alguma atividade proposta, sair de sala de aula sem permissão do professor, entre outras atividades consideradas inadequadas para a escola. Não seria demais fazer um paralelo com uma ficha policial, onde são anotados os seus crimes para depois serem julgados. “Criminaliza-se” condutas contrárias às regras arbitrariamente impostas, ao invés de, ensinar o valor das condutas esperadas, respeitar o ritmo de cada um, compreender os diferentes processos de aprendizagem e/ou incentivar a interação e troca de experiências e conhecimento entre alunos, todos, princípios norteadores para o desenvolvimento de atitudes construtivistas.

Disciplina, no caso, significa obediência relacionada às regras impostas de como se conduzir na sala de aula e ao não questionamento ao professor sobre que tipo de atividade está sendo desenvolvida; quando os alunos rodeiam a mesa do

professor para conversar, fazer questionamentos, rapidamente o Coordenador Disciplinar aparece e, sem aviso algum, manda todos os alunos se sentarem.

Nas reuniões pedagógicas, o Coordenador relembra aos professores que eles estão sendo monitorados pela Direção Geral, que está atenta as atividades do professor, alegando, inclusive, que alguns professores precisam de “domínio da turma” e que devem manter os alunos sentados em seus lugares o maior tempo possível, além de proibir a conversa entre eles.

COMENTÁRIOS FINAIS

Nesse sentido a proposta e a prática se chocam quando se trata do pressuposto interacionista. Onde está à interação, se é proibido ou recriminado o ato de questionar o tipo de atividade em andamento, ou ainda, é expressamente proibida à conversa com o outro aluno, que por vezes se refere ao que está sendo estudado?

O papel do professor disciplinador, por exemplo, dificulta, em todos os sentidos, o exercício condizente e coerente da proposta pedagógica que consta documentada em seu sítio na Internet, na medida em que, imbuído deste papel, ele cerceia a liberdade do professor fazendo referência às câmeras, em uma explícita lembrança da obrigatoriedade do cumprimento das regras estabelecidas, que muito se assemelham ao militarismo e que remetem sem esforço às práticas do ensino tradicional, já observado obsoleto.

E se o professor decide fazer um debate ou uma atividade prática, um jogo teatral em sala de aula, ocasião que precipita naturalmente ânimos mais alterados, com o intuito de promover o interacionismo? É certo que, se não no mesmo momento, ele receberá uma advertência posteriormente por atrapalhar a manutenção da ordem. Com relação aos alunos este papel também se faz impróprio, uma vez que faz de tudo para impedir sua interação. Alguma escola que leve a sério os preceitos construtivo interacionista teria em seu quadro um cargo que se denomina professor disciplinador?

Retomando a referencia à Feira Bilíngue, dessa vez com o olhar comparativo entre a proposta e prática pedagógica vê-se que esta teria um verdadeiro potencial construtivista interacionista, no entanto negligenciado, para não dizer ignorado.

Em uma escola com práticas construtivistas, o assunto do texto poderia ser escolhido pelo aluno, levando em consideração seus interesses e seu conhecimento prévio já experienciado do mundo; o texto seria produzido pelo aluno, estimulando a criatividade; o aluno teria a orientação para produzir a tradução para a língua estudada, incentivando hábitos de pesquisa e disponibilizando aprendizado de vocabulário dentro de área de seu interesse, elevando as chances de maior absorção do conteúdo gramatical e fonético da língua; os alunos seriam incentivados a trocarem experiências e a unir-se em grupos que fossem tratar de assuntos relacionados ao escolhido, promovendo a interação entre os alunos, socialização, desenvolvimento de habilidades sociais e enriquecendo o resultado final, com a apresentação de trabalhos de autoria conjunta da turma; o projeto seria interdisciplinar, integrando outras áreas de conhecimento; o aluno teria um prazo para cumprir a atividade e o professor estaria disponível para tirar dúvidas e aprimorar o conhecimento que estava sendo construído pelo aluno, sem qualquer tipo de pressão, colocando o professor em seu devido papel de facilitador, nem mais, nem menos; e este é apenas um vislumbre de uma feira bilíngue de caráter construtivista, as potencialidades e justificativas de ações diferenciadas se estendem, mas essa visão geral já capacita à análise pretendida.

Embora pudesse abarcar todos esses e mais pontos que convergissem para a prática construtivista interacionista, a escola se limita a um assunto e textos pré-determinados, cobranças sistemáticas para avaliar o andamento do projeto e estimulação de sentimentos de medo e desinteresse nos alunos. Observa-se então a discordância do discurso com a realidade.

Outro ponto onde se pode observar a não aplicabilidade dos preceitos preconizados no documento que se refere à pedagogia da escola é a interface entre a carga horária da disciplina e o número de avaliações, de caráter obrigatório, previstas. Das oito aulas bimestrais, quase metade é consumida para a realização de avaliações, a outra metade, por sua vez, é destinada à apresentação do conteúdo a ser cobrado, o que inviabiliza qualquer movimento do professor para a prática esperada, promotora de interatividade com o conhecimento vivido já adquirido pelo aluno. Não há tempo hábil, nem sequer para uma pesquisa básica com o intuito de oferecer a devida relevância e interação. O que então não é feito,

deixando claro o foco conteudista, tecnicista e tradicionalista no processo ensino-aprendizagem desenvolvido.

Também contradizendo o discurso e levando novamente a conclusões de incoerência referente ao dia a dia escolar e sua já citada proposta pedagógica, há a negligência e o desrespeito à disciplina de arte. Em uma escola construtivista, essa área do conhecimento é explorada de modo a promover o desenvolvimento cultural do aluno, expandir sua consciência crítica, ampliar sua sensibilidade e fomentar sua criatividade e autoestima através de visitas a exposições e projetos e evento de apresentação de resultados finais de oficinas artísticas.

Durante esse ano de experiência pessoal, foi constatada a negligência e o desrespeito à disciplina de diversas formas: não previsão de visitas programadas a museus e exposições de artes mesmo que solicitados pelo professor. Cabe ressaltar que o território onde se situa a escola é o da capital do Brasil, que tem vasto calendário de exposições e atividades artísticas previstas para acontecerem em seus diversos museus e espaços voltados para o incentivo à cultura; o uso da disciplina como apêndice horário para as outras; a recorrente indisponibilidade da sala de vídeo, mesmo que solicitada com antecedência. Além do descaso com o resultado final dos projetos e oficinas de artes, sem um evento para sua apresentação. Questões essas que mesmo reivindicadas nas reuniões, não mudaram ou sempre apresentaram obstáculos “intransponíveis”.

Dessa maneira, fica claro que o modelo tradicionalista de ensino continua fortemente atuante nos dias atuais, inclusive disfarça-se mercadologicamente em propostas pedagógicas bonitas, irreverentes e promissoras, porém insubstanciadas pela prática.

Esse trabalho levou a reflexões ligadas a aplicabilidade da LDB, a estrutura do Ensino Médio, ao papel da arte no contexto da educação básica, a mercadologia na educação, às dificuldades da operacionalização da mudança na ideologia educacional, às esperanças e aos desafios que devem ser travados para trilhar um caminho de melhoria da educação para as gerações futuras. Refletir sobre o passado e o presente, para planejar melhor o futuro.

Não se espera que o presente trabalho seja um solucionador das questões levantadas, mas como deflagrador de situações inquietantes que instiguem a

produção de outros trabalhos que venham a colaborar para a reflexão das questões apresentadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOSNOT, Catherine Twomey. Construtivismo: Teoria, Perspectivas e Prática Pedagógica. Porto Alegre. Artmed. 1996. 46p.

MANTUI, Jiron. **Contrutivismo**: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1995. 32 p.

SILVA, Eurides Brito da (Org.). **A Educação Básica Pós-LDB**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 29 p.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em 25 de junho de 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Educação Básica. Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: 2009-2013. Brasília: SEED, 2008.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Habitação do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.samambaia.df.gov.br/>. Acesso em: 19 de maio de 2014.